



## **PARECER JURÍDICO**

**Assunto:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva em câmaras frias, incluindo o fornecimento e a instalação de peças novas, quando necessário, com o objetivo de assegurar o pleno funcionamento, a segurança e a adequada conservação dos equipamentos, de acordo com as especificações técnicas estabelecidas no termo de referência, contemplando equipamentos de diversas marcas, mediante Procedimento Licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** no âmbito da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

## **RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, encaminhada a esta Procuradoria, na qual requer análise jurídica da legalidade do **Processo Administrativo nº 9/2026 para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva em câmaras frias, incluindo o fornecimento e a instalação de peças novas, quando necessário, com o objetivo de assegurar o pleno funcionamento, a segurança e a adequada conservação dos equipamentos, de acordo com as especificações técnicas estabelecidas no termo de referência, contemplando**





PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DO SISTEMA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

---

**equipamentos de diversas marcas**, através de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento por menor preço por lote.

Este é o mais breve necessário relato.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

Na Administração Pública, tem-se a licitação como regra, neste sentido, inclusive, a Constituição Federal de 1988, com o fito de promover princípios administrativos como os da igualdade, impessoalidade, publicidade e moralidade, previu a licitação como diretriz geral para contratar com o Poder Público, sejam obras, serviços, compras e alienações.

Trata-se, sobretudo, de procedimento administrativo formal de caráter competitivo cujo principal objetivo é a seleção da proposta mais vantajosa e melhor produto e/ou serviço, visando sempre o interesse público e o desenvolvimento nacional sustentável, assim como demais preceitos entabulados no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Neste contexto, verifica-se o Pregão como modalidade de licitação prevista no Art. 28, inciso I, destinado à aquisição de bens e serviços comuns, definidos pela própria Lei de Licitações (Art. 6º, XIII) como “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.





**PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DO SISTEMA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

---

Destarte, no caso concreto, tendo em vista que o instrumento editalício segue todos os preceitos legais até o presente momento, acatando todas as cautelas recomendadas pela Lei nº 14.133/2021, assim como demais normas vigentes aplicáveis ao caso, não se vislumbram elementos/irregularidades que possam macular o certame, razão pela qual opino pelo prosseguimento do feito.

Morro da Fumaça/SC, 28 de abril de 2026.

**GUSTAVO CARRER JOCHEN**

**PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO**

**OAB/SC 48.961**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 28/04/2026 09:21 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pbtdfea56069fa>

